

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0020255994/2024 - SGP.NAD.AGC

1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Trata-se de processo para credenciamento de Empresas/Instituições Especializadas, legalmente autorizadas, para ministrar treinamentos teórico e prático para Normas Regulamentadoras (NRs) e Brigada de Incêndio (Nível Intermediário), nos formatos Presencial, EAD e/ou Híbrido, para formação dos servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, exceto Companhia Águas de Joinville.

As Normas Regulamentadoras (NRs) são elaboradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e são obrigações e deveres que os empregadores precisam cumprir para garantir a segurança e saúde dos colaboradores no ambiente de trabalho, prevenindo a ocorrência de doenças, intercorrências e acidentes de trabalho. Conforme Art. 157 do Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) da [Lei nº 6.514](#), que altera o Capítulo V do Título II da [Consolidação das Leis do Trabalho \(CLT\)](#), as empresas **tem a obrigação legal de cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho**.

A Brigada de Incêndio serve para preservar a vida e os bens de uma instituição, conforme a Portaria do MTE nº 3.214, em sua Norma Regulamentadora NR-23 e pela IN 28 do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina. Visa determinar as medidas de proteção e combate a incêndios, a serem adotadas pelas empresas em todos os casos, e tem o intuito de orientar os servidores como agir diante de situações de emergência, como as de princípio de incêndio e prestação de socorro. O treinamento tem o objetivo de dotar o participante de conhecimentos básicos e técnicas necessárias para lidar com situações emergenciais, relacionadas com incêndio e acidentes na empresa, possibilitando a execução rápida e eficiente de medidas para sanar o problema.

Os Treinamentos fazem-se necessários para atender a legislação relativa as Normas Regulamentadoras e à obrigatoriedade da composição de Brigada de Incêndio. Justifica-se, portanto, a autuação deste processo para abertura de Edital de Credenciamento, a fim de habilitar empresas à prestarem o serviço sempre que houver a necessidade da Administração, em cumprimento à periodicidade em que deve ser realizada.

2 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

2.1 - Para o presente credenciamento a estimativa das quantidades serão obtidas, de modo geral, considerando os documentos das contratações vigentes e anteriores, além de realizado o levantamento junto as Unidades contempladas no credenciamento, além de um acréscimo na quantidade de servidores a serem treinados, devido ao aumento de inspeções e fiscalizações que o Município de Joinville vem fazendo em obras, no caso da NR 33, e a formação da brigada de incêndio conforme IN 28 - Brigada de Incêndio.

Para a formação das Brigadas de Incêndio, o quantitativo estimado é com base no dimensionamento feito de acordo com a IN 28 do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, conforme link [IN 28 - BRIGADA DE INCÊNDIO](#), totalizando 650 inscrições para 2024 para atender outros locais e Secretarias, considerando que os 65 servidores treinados em 2023 atuam somente nos 3 locais que estão lotados atualmente, sendo: prédio do Paço Municipal de Joinville, em sua Sede; nas dependências do prédio do Centreventos Cau Hansen e nas dependências do prédio da Estação Cidadania e Cultura - CEU do Aventureiro.

Dessa forma, a quantidade estimada está demonstrada abaixo:

Curso	Processo SEI	Quantitativo de Servidores
-------	--------------	----------------------------

NR 10 Básico	-	20
NR 10 Reciclagem	-	20
NR 10 Complementar SEP	23.0.048836-6	20
NR 33 - Inicial	23.0.048519-7	11
NR 33 - Periódicos	-	35
NR 35	22.0.169933-4	85 Inicial e Periódicos
Brigadas de Incêndio	23.0.013045-3	650

3 – ESTIMATIVA PRÉVIA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo serão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores e pesquisa de mercado;

3.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

4 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

4.1 - Considerando a formatação da contratação, o objeto apresenta-se como é passível de parcelamento, em relação a mais de um fornecedor, pois o credenciamento se dará por item e o treinamento será ofertado por mais de uma instituição com corpo técnico especializado, visando proporcionar melhor aproveitamento do mercado e ampla concorrência, sendo assim técnica e economicamente viável sua divisibilidade.

5 - DEMAIS ITENS DO ARTIGO 18, §1º DA LEI 14.133/2021

a) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

Considerando a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), para o exercício de 2024:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023.

Muito embora não exista o Plano de Contratações Anual para o ano de 2024, a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria de Gestão de Pessoas.

A contratação também encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

b) requisitos da contratação:

- a empresa deve ser especializada em treinamento e capacitação;
- a empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica no curso que pretende oferecer;
- a empresa deverá informar, no credenciamento, a relação do(s) instrutor(es) do(s) curso(s), bem como, enviar a documentação comprobatória que confere ao instrutor conhecimento e experiência na área;
- a empresa deverá cumprir todos os requisitos ao que tange a documentação de habilitação, prevista no Edital de Credenciamento;
- todas as empresas que cumprirem os requisitos da contratação previstos no Edital de Credenciamento e seus anexos, estarão aptas à celebração de termo de contrato.

Os demais requisitos da contratação constarão no Termo de Referência.

c) levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Dentre as possíveis soluções de mercado para atendimento da necessidade, podemos elencar as seguintes:

- no caso da formação de brigada de incêndio, a opção de mercado consiste na contratação de brigadista particular;
- não se vislumbra outra opção no mercado que substitua o treinamento em normas regulamentadoras, uma vez que tais treinamentos e reciclagens são obrigatórias para os profissionais que atuam nas atividades.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos citados em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público o credenciamento de Empresas/Instituições Especializadas, para ministrar Treinamentos para as Normas Regulamentadoras (NRs) e Brigada de Incêndio, com o objetivo e capacitar os servidores em relação às temáticas, atendendo os objetivos pretendidos e fazendo cumprir as legislações vigentes.

d) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Considerando os elementos trazidos no presente documento, demonstra-se como melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido o credenciamento de Empresas/Instituições Especializadas, para ministrar Treinamentos para Normas Regulamentadoras (NRs) e Brigada de Incêndio, uma vez que comprovando a especialização no ramo de treinamentos e os realizando em âmbito local (na cidade de Joinville), de acordo com a programação mínima conforme previstas nas Normas Regulamentadoras de cada tema e carga horária obrigatória, atende o objetivo do Município de Joinville, que visa além da capacitação do servidor para o conhecimento e correto desenvolvimento de suas atividades, a promoção da integridade física e saúde do servidor no desempenho de suas atividades laborais.

e) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Os resultados pretendidos com o presente credenciamento não estão atrelados apenas à termos de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões, e garantir o cumprimento das normas de segurança e medicina no trabalho e a integridade do servidor. No caso, busca-se o treinamento de servidores que atuam em atividades com riscos ocupacionais ou envolvidos na segurança dos serviços de eletricidade, em espaços confinados, trabalho em altura, para a formação das brigadas em atendimento à legislação, de forma especializada e otimizada, uma vez que os treinamentos compreendem teoria e prática, sendo de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo o material necessário, incluindo os equipamentos para a parte prática.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados a formatação da contratação, no sentido que estão previstos os credenciamentos das Empresas/Instituições Especializadas, mediante comprovação da especialização da empresa para fins de habilitação e futura contratação.

f) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

A Secretaria de Gestão de Pessoas dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização, bem como, para a gestão contratual.

O contrato será fiscalizado por servidores da Unidade de Saúde do Servidor, que possuem conhecimento técnico na fiscalização de contrato dessa natureza.

g) contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

h) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

6 – CONCLUSÃO - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO (OBRIGATÓRIO)

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - Possuímos um histórico de contratação, mas não temos histórico no formato de credenciamento. Desta forma, os riscos para esse modelo de contratação não foram vislumbrados.

b) análise de riscos - considerando que não se vislumbra risco, não há o que avaliar quanto ao item.

c) avaliação de riscos - considerando que não se vislumbra risco, não há o que avaliar quanto ao item.

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de aceitar possíveis risco, considerando que este caso será monitorado ao longo do tempo.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		X	
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente

atendendo ao interesse público, qual seja, o credenciamento de Empresas/Instituições Especializadas, para ministrar Treinamentos para Normas Regulamentadoras (NRs) e Brigada de Incêndio, uma vez que comprovando a especialização no ramo de treinamentos e os realizando em âmbito local (na cidade de Joinville), de acordo com a programação mínima conforme previstas nas Normas Regulamentadoras de cada tema e carga horária obrigatória, atende o objetivo do Município de Joinville, que visa além da capacitação do servidor para o conhecimento e correto desenvolvimento de suas atividades, a promoção da integridade física e saúde do servidor no desempenho de suas atividades laborais.

7 - Anexo - Checklist do Estudo Técnico Preliminar

N.º	Requisitos	Sim	Não	Não se aplica	Observações
1	Consta no ETP a descrição clara e objetiva, devidamente fundamentada da necessidade da contratação	X			
2	A contratação foi indicada no Documento de Formalização de Demanda	X			
3	Descrição dos requisitos da contratação	X			
3.1	Foi analisado o critério de sustentabilidade	X			
3.2	Foi analisada a necessidade de garantia, treinamento e instalação	X			
3.3	Foi analisada a indicação dos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração	X			
4	Levantamento de mercado, com a justificativa técnica e econômica	X			
4.1	Foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como a iniciativa privada?	X			
4.2	Foi realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições		X		
4.3	Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular		X		
4.4	Foram consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.		X		
5	Consta no ETP a descrição da solução como um todo, contemplando os requisitos da contratação, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.	X			
6*	Consta no ETP estimativas das quantidades para a contratação, e os documentos que lhes dão suporte.	X			
6.1	Foi realizado levantamento das quantidades necessárias juntos às Unidades com vistas a não ocorrer demanda não atendida dentro do planejamento.	X			
7*	Consta no ETP estimativa prévia do valor da contratação, acompanhada dos documentos que lhe dão suporte, podendo ser utilizado como parâmetro o valor das contratações anteriores acrescido/decrecido de percentual considerado pela requisitante como possível acréscimo/decréscimo da demanda.	X			
8*	Consta no ETP justificativas para o parcelamento ou não da solução.	X			
9	Foram consideradas as contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação.	X			
10	A contratação está prevista no plano de contratações anual, ou, se for o caso, justificativa da ausência de previsão.	X			
10.1	Há previsão de custeio da contratação com recursos da União.		X		
10.2	A contratação será obra ou serviço de engenharia.		X		
10.3	Em caso de a contratação ser eventualmente custeada com recursos da União, consta ressalva clara no ETP acerca da impossibilidade de cotação com fornecedores, nos termos do artigo 23, §2º da Lei 14.133/2021.		X		
11	Consta no ETP o demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos,	X			

	materiais e financeiros disponíveis.				
12	Consta no ETP as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.	X			
13	Consta no ETP a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.	X			
14*	Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, observando eventual risco da contratação para a Administração.	X			
14.1	Foram analisados os riscos de comprometimento da boa execução contratual, aferindo-se e sanando-se no ETP, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento levando em consideração: a) o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas; b) contratações anteriores com objeto semelhante.	X			
14.2	Trata-se de contratação que, independentemente do valor, envolve complexidade, singularidade, ou se refere a um modelo de contratação não realizado anteriormente, mas com possibilidade de risco moderado/médio ou superior de dano ao erário. Em caso positivo, consta no ETP ressalva sobre elaboração do Mapa de Riscos para a contratação?	X			Refere-se a um modelo de contratação não realizado anteriormente, com possibilidade de risco Baixo.



Documento assinado eletronicamente por **Mariane Maria Braz Campodonio Eloy, Coordenador(a)**, em 28/02/2024, às 12:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Joseane Klein de Oliveira Vieira, Servidor(a) Público(a)**, em 28/02/2024, às 12:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Luiza Daniel Bonett, Diretor (a) Executivo (a)**, em 28/02/2024, às 14:45, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0020255994** e o código CRC **42C93333**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguau - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br